

Intimem-se.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2023.

RAFAEL ESTRELA NOBREGA

Juiz Eleitoral

## 23ª ZONA ELEITORAL

### SENTENÇAS

#### **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601693-27.2020.6.19.0229 / 023ª ZONA ELEITORAL DE RIO DE JANEIRO RJ**

AUTOR: ELEICAO 2020 EDUARDO DA COSTA PAES PREFEITO

INVESTIGANTE: A CERTEZA DE UM RIO MELHOR 23-CIDADANIA / 27-DC / 43-PV / 70-AVANTE / 22-PL / 25-DEM / 45-PSDB, CARLO FERREIRA DE CAIADO CASTRO

Advogados do(a) AUTOR: CECILIA SILVA CAMPOS - RJ221454-A, RAFAEL BARBOSA DE CASTRO - RJ184843-A, LEANDRO DELPHINO - RJ176726-A, EDUARDO DAMIAN DUARTE - RJ106783-A, MARCIO ALVIM TRINDADE BRAGA - RJ141426-A

Advogados do(a) INVESTIGANTE: CECILIA SILVA CAMPOS - RJ221454-A, MARCIO ALVIM TRINDADE BRAGA - RJ141426-A, RAFAEL BARBOSA DE CASTRO - RJ184843-A, LEANDRO DELPHINO - RJ176726-A, EDUARDO DAMIAN DUARTE - RJ106783-A

Advogados do(a) INVESTIGANTE: CECILIA SILVA CAMPOS - RJ221454-A, MARCIO ALVIM TRINDADE BRAGA - RJ141426-A, RAFAEL BARBOSA DE CASTRO - RJ184843-A, LEANDRO DELPHINO - RJ176726-A, EDUARDO DAMIAN DUARTE - RJ106783-A

INVESTIGADO: MARCELO BEZERRA CRIVELLA, ANDREA LOURICAL FIRMO DE ARAUJO

Advogados do(a) INVESTIGADO: ANA PAULA CUNHA COELHO - RJ190347, MARCIO VIEIRA SANTOS - RJ87330

Advogados do(a) INVESTIGADO: LUCIANO SANT ANNA BALZANO - RJ126305, JOAO BATISTA SANTANA - RJ85022, SANDRA DOS PASSOS SOUZA - RJ066326

#### SENTENÇA

EDUARDO DA COSTA PAES e a COLIGAÇÃO "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" (CIDADANIA, DC, PV, PSDB, AVANTE, PL e DEM) ajuizaram a Ação de Investigação Judicial Eleitoral n.º 0601693-27.2020.6.19.0229 por abuso de poder de autoridade e econômico, com base na Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22, em face de MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDREA LOURICAL FIRMO DE ARAUJO. O abuso de poder econômico, segundo os investigadores, se lastreia na utilização dos recursos de campanha da segunda investigada, candidata à Vice-Prefeita, para a produção de um milhão e meio de panfletos para distribuição por toda a cidade do Rio de Janeiro, proibida pelo Juízo da 4ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro, uma vez que continha informações inverídicas sobre o primeiro investigante e sua campanha eleitoral, divulgadas também pelas redes sociais. Por sua vez, o abuso do poder de autoridade foi caracterizado pela entrega de uma obra na Comunidade do Cesarão com viés eleitoral e pela utilização de vídeos de apoiadores pedindo votos para o primeiro investigado "em meio a realização de obras públicas" nesta mesma comunidade.

Em sua petição inicial (conf. doc. id. [45365642](#)), EDUARDO DA COSTA PAES e a COLIGAÇÃO "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" reclamam inicialmente da "prática desenfreada de atos ilícitos capitaneados pelo candidato à reeleição Marcelo Crivella": alusão ao número 10 por apresentadores de uma rede de televisão com viés eleitoral de favorecimento ao primeiro

investigado, cobertura jornalista desta mesma rede de televisão com viés de propaganda eleitoral, prática de conduta vedada a agente público em razão de discurso eleitoral no Palácio da Cidade e confusão de publicidade institucional com propaganda eleitoral.

Em relação ao abuso do poder econômico, a tese acusatória contextualiza o financiamento da distribuição de mais de um milhão de panfletos contendo a informação de que o candidato EDUARDO DA COSTA PAES defenderia legalização de drogas, aborto e ideologia de gênero, material pago através de recursos de campanha de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, como prática que se enquadraria nas hipóteses de abuso de poder (identificadas como cláusulas abertas) elencadas na Lei n.º 64/90, artigo 22, caput. Tal enquadramento requer leitura harmoniosa com o disposto na CRFB, artigo 14, § 9º, garantidor da normalidade e legitimidade das eleições contra o poder econômico. A tônica da acusação está na divulgação inverídica e difamatória da informação, que foi assim reconhecida pelo Juízo da 4ª Zona Eleitoral nos autos da Representação n.º 060011-02.2020.6.19.0004, que caracterizou o material como "panfleto irregular", contendo a frase "EDUARDO PAES E SEUS AMIGOS DEFENDEM:- LEGALIZAÇÃO DO ABORTO - LIBERAÇÃO DAS DROGA -KIT GAY NAS ESCOLAS." Juntaram ao processo provas do alegado nos documentos de indexador [45365646](#) e [45365647](#) (promoção e decisão pela apreensão dos panfletos, respectivamente).

Para exprimir a gravidade das circunstâncias do abuso do poder econômico, com potencial de viciar a vontade do eleitor e de manchar a eleição pelo desequilíbrio, ressalta que *"resta cabalmente comprovado que houve a divulgação estratégica e massiva de fake news contra o candidato Eduardo Paes, consubstanciada na distribuição um milhão e meio de panfletos em locais estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, em especial, na porta dos templos religiosos"* (conf. doc. id. [45365642](#), fl. 9/11), e indica fotos de supostos apoiadores distribuindo o material, além de indicar vídeo onde MARCELO BEZERRA CRIVELLA, em suposto ato de campanha eleitoral, bem como vídeo em página do Facebook, em transmissão ao vivo (*live*), também com caráter de propaganda negativa em face do primeiro investigante, onde ratificaria o conteúdo falso e difamatório dos panfletos, acrescentando a acusação de promoção de pedofilia nas escolas, o que caracterizaria a divulgação também como caluniosa. Juntaram o vídeo em que se comprova o primeiro investigado em ato de campanha sugerindo que uma agremiação política defende a ideologia de gênero nas escolas (doc. id. [45384556](#)). Juntaram ao processo promoção ministerial no Direito de Resposta n.º 0600492-93.2020.6.19.0004, e a denúncia da Procuradora Regional Eleitoral, que comprovam a transmissão ao vivo, no dia 19/11/2020, com o Deputado Federal Otonio Moura de Paulo Junior (doc. id. [45365648](#) e [45365649](#)).

Em relação ao abuso de poder político, afirma que, na condição de Prefeito do Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 2020, fez divulgação no Twitter de inauguração da Praça do Cesarão, sua revitalização e construção nela de campo de futebol e área de lazer; bem como fez divulgação de vídeos no Instagram, na semana do 2º turno, *"onde aparecem apoiadores pedindo votos em meio a realização de obras públicas"* (conf. doc. id. [45365642](#), fl. 18). Segundo os investigantes, o então Prefeito do Rio de Janeiro, primeiro investigado, esteve presente pessoalmente na véspera, prometeu o asfaltamento de rua específica da Comunidade do Cesarão, tendo as máquinas chegado em seguida para a realização da obra, com *"manipulação do cronograma de entrega de obras públicas"* na aludida comunidade. Refere-se à doutrina de Frederico Franco Alvim, para reforçar que MARCELO BEZERRA CRIVELLA teria *"uma posição de vantagem em relação aos demais competidores"*, *"a posse e a disposição de recursos materiais e humanos"*, bem como *"capacidade de articular medidas administrativas ou soluções legislativas populistas"*, valendo-se de sua condição funcional para persuadir a vontade do eleitor.

Para reforçar a ilicitude do *"retardamento proposital dos trâmites administrativos nas obras realizadas as vésperas da eleição"*, traz aos autos a decisão no AC 0604265-94, da relatoria do Ministro Luis Roberto Barroso, de 30.05.19, no qual compara-se a manipulação do cronograma de entrega com finalidade eleitoreira destes autos com o da imissão na posse de beneficiários de lotes a cerca de duas semanas do pleito quando as obras de infraestrutura não estavam concluídas pela ausência de justificativa plausível para a ocorrência, senão o caráter eleitoreiro das duas medidas.

Requereram os investigadores informações acerca do contrato com a gráfica Príncipe da Paz Eireli e sobre o processo administrativo relativo às obras na Comunidade do Cesarão (conf. doc. id. [45365642](#), fl. 23), pugnando pela procedência dos pedidos formulados na inicial.

O investigado MARCELO BEZERRA CRIVELLA apresentou contestação (conf. doc. id. [86649339](#)), introduzindo-a com a afirmação de que *"a eleição municipal para Prefeito do Rio de Janeiro ficou marcada pela prática de atos ilícitos perpetrados pelo então candidato Sr. Eduardo Paes"*, queixando-se das acusações marcadas pela generalidade, supercialidade, imprecisão e irrelevância em relação ao objeto do processo. Segundo o primeiro investigado, a intenção dos autores é a de criação de *"pré-conceitos em desfavor deste contestante"*.

Ao promover a síntese dos fatos, MARCELO BEZERRA CRIVELLA argumenta que a *"suposta propagação à desinformação"* e a *"imaginária presença em inauguração de obra nas 'vésperas do início do certame eleitoral'"* são fatos assinalados pela distinção e não correlação, não devidamente provados como práticas de abuso de poder econômico ou político. Segundo a tese do primeiro investigado, seriam *"meras deduções"* as acusações de distribuição de material de campanha sem *"aferição de conteúdo comprovado; de quantidade e, ainda, de meio propagandístico utilizado"*; de realização de comício onde não se provou que o *"contestante teria 'alarmado' a população"*, em afronta à *"cláusula pétrea da livre manifestação, da verdade - factual e processual"*; e de que houve a presença de MARCELO BEZERRA CRIVELLA em *"entrega de obra"*, sem assinalar de que a mesma teria ocorrido de *"forma regular e no prazo permitido pela legislação eleitoral"*. No caso da acusação sobre a presença do então Prefeito do Rio de Janeiro em inauguração de obra, informa a insuficiência dos *"prints"* sem *"link"* de acesso para provar o alegado.

Preliminarmente, acusa a presente ação como temerária. Em relação à distribuição dos panfletos, continua a defesa do primeiro investigado, afirma a ausência de prévio conhecimento do investigado acerca deles e que as afirmações sobre o montante pago são vazias. Que por falta de provas para materialização do fato deve-se indeferir a presente AIJE.

O primeiro investigado informa que a ausência dos requisitos proporcionalidade/potencialidade e gravidade na prática dos atos alegados como configuradores das figuras do abuso de poder político e econômico, de forma a macular o princípio de igualdade de oportunidades entre os concorrentes, e portanto justificar a *"severíssima pena da inelegibilidade para aplicação em caso de sua configuração"*, sem lastro probatório robusto, *"enseja extinção da ação, visto que houve uma escolha errada na via eleitora para impedir a suposta ilegalidade"*. Cita entendimentos jurisprudenciais do Tribunal Superior Eleitoral, segundo os quais a prática em si de condutas ilícitas na seara eleitoral precisam, para a imposição da sanção de inelegibilidade por abuso de poder, demonstrar que tal prática quebrou a isonomia e a normalidade das eleições, maculou a lisura da disputa eleitoral, influenciou a eleição e comprometeu a vontade dos eleitores.

MARCELO BEZERRA CRIVELLA alega em seu favor também que, além de não haver comprovação da sua presença em ato de inauguração de obra pública, com o adiamento das eleições promovido pela Emenda Constitucional n.º 107/2020, o período vedado à comparecimento em obras públicas nos três meses anteriores ao pleito não encontrava-se vigente em 11/08/2020. Não haveria, portanto, a configuração de *"fatos típicos, ilícitos e culpáveis"*.

Relativamente à acusação de abuso de poder econômico com a distribuição dos panfletos, sugere que a regularidade dos gastos de campanha são aferidos em processos de prestação de contas e que, no caso em tela, em vez de uma AIJE, os fatos alegados deveriam ser objeto de representação eleitoral, com fundamento na Lei n.º 9.504/97, artigo 96, até a data do pleito. Assim, sustenta que a presente AIJE não possui causa de pedir ou interesse de agir, restando *"a conclusão lógico-jurídica pela extinção do presente feito sem julgamento do mérito por falta de pressuposto processual e das condições da ação, o que , ainda em sede de argumentação preliminar, desde já requer"*.

Quanto ao valor gasto para confecção dos panfletos e também a diversos outros materiais impressos e adesivos junto à gráfica e editora Príncipe da Paz EIRELI, ele afirma que corresponde ao total da publicidade voltada para *"uma campanha inteira, em um município de mais de 6 milhões de eleitores"* e que tal gasto foi divulgado em sua conta eleitoral.

Em relação ao conteúdo veiculado nos panfletos e o vídeo divulgado no Facebook, associando EDUARDO DA COSTA PAES, então candidato à Prefeito, ao PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) e a notícias falsas em relação a pauta de costumes nas escolas, MARCELO BEZERRA CRIVELA defende-se afirmando que *"não fez qualquer imputação da prática ou incentivo de pedofilia ao candidato"*, mas apenas teceu *"críticas ácidas"*, em um contexto legítimo de propaganda eleitoral negativa. Em relação às críticas, escreve que teria dito apenas que o PSOL, *"supostamente aliado à Paes, conforme notícias da imprensa e declarações de Freixo - colocaria dessa vez em prática o seu antigo plano de 'introduzir as crianças à sexualidade' (orientação sexual nas escolas), devido à 'desvirtuada' forma de sexualidade (homoafetiva), considerando em sentido genérico-ideológico 'pedofilia' na escola"* (doc. id. [86649339](#) , fl. 20). O primeiro investigado sustenta que suas críticas baseavam-se em notícias veiculadas na imprensa, bem como em posicionamentos em relação a ADPF 422, a ADI 5668 e a liberação de drogas ilícitas; e que suas opiniões estão garantidas pela liberdade de expressão.

Alega também que tais fatos foram discutidos em sede de representação de direito de resposta e de propaganda eleitoral irregular, transitadas em julgado, sem a sanção dos investigados. Que sua reapresentação na presente AIJE com o objetivo de sancionar suposto abuso de poder econômico não encontra suporte fático porque *"inexiste qualquer conduta"* neste sentido.

Relativamente à acusação de abuso de poder político, por ter utilizado o Instagram no dia 11/08 /2020, para informar sobre a realização de obras, alega que *"utilizou-se do referido meio de comunicação para comunicar ato de gestão aos moradores da localidade"*, em período não vedado pela lei eleitoral. Que os documentos trazidos aos autos não estão mais disponíveis a partir dos *"links"* indicados, que eles não trazem informações de data, e que não possuem menção à candidatura do primeiro investigado. Além da atipicidade da conduta e da ausência de provas para embasar a afirmação de que houve *"manipulação do cronograma de entrega de obras públicas"*, afirma também que uma publicação em rede social do primeiro investigado com intuito meramente informativo não é suficiente para comprovar a gravidade da conduta a ponto de afetar a normalidade do pleito.

Para MARCELO BEZERRA CRIVELLA, as acusações do investigador carecem da configuração de um ato ilegal, não satisfazendo as condições formal e material da imputabilidade de uma conduta abusiva a ele. Elas são fruto de *"mero 'achismo', ou mera dedução sem fundamento"*. Não há provas robustas e incontestes do alegado abuso do poder político e econômico, citando jurisprudência do TSE balizadora do seu entendimento.

EDUARDO DA COSTA PAES e a COLIGAÇÃO "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" juntaram aos autos denúncia que integrou a Ação Penal Eleitoral n.º 0600873-16.2020.6.19.0000 no qual a Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro acusou os investigados pelas práticas dos

crimes de divulgação de fatos que sabe inverídicos (Lei n.º 4.767/65, artigo 323) e difamação (Lei n.º 4.767/65, artigo 325 c/c 327) (conf. doc. id. [98532749](#))

A Gráfica e Editora Príncipe da Paz Ltda. EPP informou que foram impressos 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) informativos "CRIVELLA ESCOLHEU PARA SER SUA VICE UMA TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO", no valor total de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), pagos com recursos de campanha da segunda investigada, ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO (CNPJ 07.562.698/0001-10), conforme DANFE n.º 11458 (doc. id. [99074926](#)).

Oficiada para prestar informações acerca das obras realizadas na comunidade do Cesarão, tais como data de sua contratação, valor empenhado e valor pago, cronogramas financeiro e de execução da obra, saldo contratual, autorizações de fornecimento de material, bem como a informação sobre existência de previsão em lei orçamentária anterior à contratação da despesa, a Secretaria Municipal de Infraestrutura informou que não foi localizada nenhuma intervenção pela Coordenadoria Geral de Obras, com o escopo mencionado, no acervo das obras executadas (conf. doc. id. [99246534](#)).

Após regularmente citada (conf. doc. id. [88193487](#)), a segunda investigada se manteve inerte.

Em decisão de 13/12/2021, foi decidido encaminhamento dos autos à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, para promover a defesa da segunda investigada. (doc. id. [101264537](#)) A DPU manifestou-se no sentido de não vislumbrar hipótese de atuação institucional nos presentes autos, não havendo previsão legal de nomeação de DPU como curadora especial de ré regularmente citada em AIJE, entendendo que deveria ser aplicado subsidiariamente o CPC (e não o CPP), com a decretação da revelia da ré, que regularmente citada, não apresentou defesa. (doc. id. [102136430](#)) Não concordando com a tese da DPU, em razão dos direitos indisponíveis em jogo, esta Magistrada decidiu pela nomeação de defensor dativo para promover a defesa técnica de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO. (doc. id. [102481637](#)).

ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO finalmente manifestou-se nos autos, alegando que não tinha ciência de que não estava representada neles em 28/03/2022 (doc. id. [104334764](#)).

Determinou-se o recebimento dos autos no estado em que se encontravam (doc. id. [104386172](#)).

Em sua contestação, a segunda investigada articula toda a sua tese defensiva no fato de que não existe *"liame mínimo das condutas ilícitas com a candidata a vice-prefeita, que permita, ao menos, inferir seu conhecimento das condutas perpetradas"* (doc. id. [104524367](#)).

Alega ausência de responsabilidade. Informa que licenciou-se do Exército Brasileiro para integrar a chapa como Vice-Prefeita de MARCELO BEZERRA CRIVELLA em *"meados de setembro"*. Reconhece a sua integração no polo passivo da presente AIJE em razão do litisconsórcio passivo necessário decorrente da possibilidade, em tese, de poder *"suportar as sanções decorrentes de uma eventual procedência da ação, nos termos dos §§ 4º, 5º e 8º do art. 73 da Lei nº 9.504 /1997, bem como o inciso XIV do art. 22 da LC nº 64/90."* (doc. id. [104524367](#), p. 2)

Mas, lembra que esta Magistrada deverá individualizar a conduta de cada agente ao apreciar os fatos. E para a segunda investigada: *"Diante dos fatos narrados na exordial, conclui-se que não houve qualquer responsabilidade, participação ou benefício à Contestante, que concorreu ao cargo de Vice-Prefeita, não se vislumbrando nos autos elementos que apontem para a sua responsabilidade."* A afirmação sustenta-se sobre o argumento de que a conduta, *"pela própria natureza"* está atrelada ao primeiro investigado, então Prefeito, *"no exercício de sua função, sem qualquer efeito sobre a futura chapa que concorreu ao pleito"*. A responsabilização para aplicação de eventual sanção, na construção do argumento da segunda investigada, sanção *"que é pessoal"*



e que não deveria atingi-la, pois o candidato a *"vice-prefeito não ostenta a condição de agente político e não deve ser sancionado como beneficiário da conduta vedada"*, seria caracterizada como objetiva. (todas as citações: doc. id. [104524367](#), p. 3)

ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO destaca os princípios do garantismo na esteira do processo civilizatório, herdeiro do Iluminismo (MONTALBANO, AFRÂNIO SILVA JARDIM, ZAFFARONI e NILO BATISTA, BADARÓ, MARQUES e outros), para tecer críticas acadêmicas acerca do uso do processo *"como instrumento de 'combate à corrupção"* e lembra a esta Magistrada a lição de LENIO STRECK de que as questões jurídicas devem ser resolvidas de forma objetiva, tendo-se em conta o ordenamento jurídico, e não *"a vontade individual do aplicador"*. (doc. id. [104524367](#), p. 4/6)

Segue levantando questões sobre o sentido orientador do processo em um Estado Democrático de Direito, no qual a sua prestação *"como instrumento inquisitorial a serviço de interesses"* deve dar lugar *"ao compromisso com a questão da liberdade"*. E traz aos autos o desenvolvimento do seu entendimento acerca da aplicação da teoria da dissonância cognitiva ao processo penal, destacando elementos que conduziram *"o julgador a uma prospecção, no acervo probatório, por informações confortáveis ao pré-juízo"* que estaria condenado a formar em sede investigatória, desprezando a objetividade da prova. E conclui pela necessidade *"para aqueles que se preocupam com eficácia das garantias e direitos fundamentais, com a democracia substancial, há que se preocupar para com o direito fundamental a uma devida cognição."* (doc. id. [104524367](#), p. 6/10)

ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO argumenta que, ao se licenciar do Exército Brasileiro para concorrer ao cargo de Vice-Prefeita na chapa com MARCELO BEZERRA CRIVELLA, já não ocupava cargo público e portanto não pode figurar como sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, sob pena de violação dos princípios constitucionais do devido processo legal e da dignidade da pessoa humana. Levanta ainda a impropriedade jurídica da peça exordial, antes de *"avançar à discussão sobre o mérito da imputação"*, porque alega *"que a Defesa sofreu severas restrições ao exercício de seu múnus em decorrência da confecção de exordial acusatória confusa e vaga, que não logrou demonstrar de forma clara quais seriam as condutas concretas realizadas pela Contestante que guardariam identificação com os pedidos com que acena"* (doc. id. [104524367](#), p. 16)

Para a segunda investigada, os autores não teriam se desincumbido do ônus de provar a sua participação nos fatos, afirmando que *"sequer seu nome é citado"*, limitando-se a trazer aos autos conteúdo veiculado na imprensa. E que *"A incompletude da narrativa acusatória, além de tornar a denúncia juridicamente imprestável para os fins dispostos em lei, viola os princípios do contraditório e da ampla defesa, por atribuir ao acusado o ônus de produzir contraprova - pois de seu interesse - sobre fatos indeterminados quanto às circunstâncias de modo de execução, instrumentos, local e tempo."* (doc. id. [104524367](#), p. 18) Conclui pela inépcia da inicial pela violação dos princípios da dignidade da pessoa humana, do contraditório e da ampla defesa e da presunção da inocência.

Em sua argumentação final, ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO reforça a necessidade de um juízo de condenação basear-se na certeza, e não na probabilidade dos fatos, citando a jurisprudência dos tribunais superiores e entendimentos doutrinários, como forma de preservação do direito fundamental à presunção de inocência. Para a segunda investigada *"Diante dos fatos e das provas produzidas durante a instrução processual desta ação demonstraram, de maneira inequívoca, a total ausência de participação da Contestante nos atos noticiados na exordial."* (doc. id. [104524367](#), p. 30)

Requer o reconhecimento da inépcia da exordial, com a consequente improcedência da peça; ou a improcedência da presente ação de investigação judicial eleitoral em todos os seus termos, conforme fundamentação exposta.

A segunda investigada ainda requereu a oitiva de duas testemunhas (doc. id. [104680055](#)), o que foi contestado pelos investigadores, sob a alegação de preclusão (doc. id. [104695491](#)). Intimada a justificar a imprescindibilidade da oitiva das testemunhas (doc. id. [104803379](#)), ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO alegou que o objetivo era o de comprovar que *"a gestão de toda campanha se deu sem o conhecimento da acusada"* (doc. id. [104983370](#)). Decidiu esta Magistrada em favor do pleito da segunda investigada (doc. id. [105080102](#)), designando audiência que foi cancelada, tendo em vista a desistência das testemunhas (doc. id. [107339593](#)).

MARCELO BEZERRA CRIVELLA peticionou por certificação nos autos acerca dos documentos juntados e dilação do prazo para apreciação dos mesmos (doc. id. [107532902](#)). Por sua vez, ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO trouxe aos autos o cartão de conta conjunta de campanha em seu nome e em nome do representante do partido Claudio Cesar Silva Ferreira e peticionou por medidas com o fim de demonstrar que *"a Investigada não realizou qualquer pagamento ou transferência de valores, e muito menos fazia a gestão da campanha, ficando a cargo do partido, Republicanos, e provavelmente, pelo Claudio Cesar Silva Ferreira, integrante do referido partido"* (doc. id. [107541302](#)).

Os investigadores se opuseram aos pedidos, caracterizados como *"manifestações vagas, preclusas e contraditórias"* com o fim de apenas *"retardar o desfecho do processo"*, afrontando o princípio da boa fé objetiva (doc. id. [107559765](#)).

Indeferidos os pedidos em razão de serem as diligências requeridas de forma extemporânea e consistirem em medidas totalmente desnecessárias ao deslinde da lide, esta Magistrada declarou finda a fase de instrução e deferiu prazo para alegações finais (doc. id. [107952973](#)).

MARCELO BEZERRA CRIVELLA ajuizou embargos de declaração em relação ao indeferimento do pedido (doc. id. [108185020](#)), que não foi acolhido por esta Magistrada (doc. id. [108226496](#)).

Em alegações finais (doc. id. [108079571](#)), EDUARDO DA COSTA PAES e a Coligação "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" reforçou a tese de que a campanha eleitoral dos investigados promoveu ações coordenadas visando a desinformação da população, *"transmitindo ao eleitor as falsas alegações de que Eduardo Paes é favor da legalização das drogas, aborto, ideologia de gênero e promoveria a pedofilia nas instituições de ensino"*. Segundo a tese acusatória, as ações iniciaram-se com a distribuição de um milhão e meio de panfletos, com as informações falsas, em particular a frente de templos religiosos, seguindo-se de discursos, bem como uma videoconferência do primeiro investigado com o Deputado Federal Ottoni de Paula, todos com o mesmo teor dos panfletos. Para caracterizar a ilicitude do conteúdo veiculado, citam a decisão de busca e apreensão dos impressos por parte da 4ª Zona Eleitoral, assim como a denúncia da Procuradoria Regional Eleitoral por prática de crime de divulgação de notícia falsa e difamação. Conclui que a *"a veiculação de notícias manifestamente inverídicas e injuriosas contra adversários com uso de recursos financeiros relevantes configura a prática abusiva"*, e reitera que a ação dos investigados *"exigiu logística e coordenação e, por consequência, a realização de gastos de grande monta"*.

Em alegações finais (doc. id. [108101652](#)), ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO retoma a tese defensiva em sua contestação desta e de outras ações, já explicitada no presente relatório. O núcleo de sua defesa é a de que os supostos atos ilícitos em apreciação devem ser atribuídos exclusivamente ao primeiro investigado, pois não há *"nos autos um liame mínimo das condutas ilícitas com a candidata a vice-prefeita Andrea Lourical, que permita, ao menos, inferir seu conhecimento das condutas perpetradas"*. Alega em sua defesa que: a) integra a presente ação de

investigação judicial eleitoral apenas em razão da jurisprudência pacificada de que há litisconsórcio passivo necessário entre o candidato a Prefeito e o candidato a Vice-Prefeito, cabendo ao Juízo individualizar as condutas sob o princípio da responsabilidade subjetiva; b) que os fatos narrados não apontam o ato praticado pela investigada, senão de forma genérica, mas sim pelo primeiro investigado; c) que, embora tenha assinado *"alguns documentos, dentre eles o de abertura de uma conta conjunta de campanha em nome da Investigada e do representante do partido CLAUDIO CESAR SILVA FERREIRA"*, *"a Investigada não realizou qualquer pagamento ou transferência de valores, e muito menos fazia a gestão da campanha, ficando a cargo do partido, Republicanos, e provavelmente, pelo Claudio Cesar Silva Ferreira, integrante do referido partido"*; d) que os fatos em apreciação ocorreram anteriormente à apresentação da investigada como candidata, *"que se deu somente em meados de setembro"*. Enfim, sustenta que os fatos narrados e as provas produzidas na presente ação não indicam qualquer participação da Investigada, requerendo a declaração de improcedência da acusação em face da segunda investigada.

Em suas alegações finais (doc. id. [108750515](#)), MARCELO BEZERRA CRIVELLA resume o objeto da demanda, insurgindo-se contra ela como fruto de meras conjecturas fictícias e imaginadas, sem existência concreta e real. Inicia afirmando que o instrumento utilizado, a AIJE, encontra-se desviado de seu real propósito citando entendimento jurisprudencial da lavra do Ministro Og Fernandes, segundo o qual tal ação não deve ser empregada *"como panaceia para o reconhecimento de fatos que, pela sua natureza, devam ser perseguidos e sancionados por meio de outras ações típicas eleitorais"*. Ratifica preliminares apresentadas na contestação: a) ausência de provas sobre os fatos alegados e de demonstração de vantagem auferida pelos investigados; b) mera dedução autoral acerca da presença do primeiro investigado em obra, uma vez que as duas provas apresentadas são *"prints"* que não possuem *"link"* de acesso; c) ausência de prova do prévio conhecimento do primeiro investigado quanto aos panfletos distribuídos; d) inadequação da via processual escolhida, a AIJE, para apurar a veracidade ou não de informação veiculada em propaganda eleitoral; e) alegação de existência de coisa julgada, uma vez que os fatos aqui narrados foram objeto de uma representação por propaganda eleitoral irregular e uma representação de direito de resposta, ambas arquivadas em definitivo; e f) litigância em caráter temerário em razão da insistência em promover o *bis in idem* na esfera eleitoral. Segundo MARCELO BEZERRA CRIVELLA, os fatos narrados não se comprovaram de forma robusta como graves ou com potencial para lesionar a isonomia entre os candidatos e a higidez do processo eleitoral, mormente a vontade dos eleitores, não podendo caracterizar as figuras do abuso do poder político, econômico ou do mau uso dos meios de comunicação social. Em relação ao abuso do poder econômico, ressalta a regularidade dos gastos de campanha da chapa majoritária, atestada nas prestações de contas dos investigados.

Continuando suas alegações finais, no mérito, MARCELO BEZERRA CRIVELLA questiona inicialmente que a distribuição de panfletos nos termos narrados possa configurar prática de abuso de poder econômico em face da definição dada pelo TSE como *"utilização excessiva"* de recursos financeiros ou patrimoniais em campanhas eleitorais.

Prossegue, em seus próprios termos: *"Além disso, os investigadores tentam - sem êxito -, deturpar a realidade dos fatos, alterando o contexto dos acontecimentos para que se impute suposto cometimento - jamais ocorrido -, de abuso de poder econômico ao Sr. Marcelo Crivella, como já dito, com acusações por fatos ('panfletos e vídeos em campanha eleitoral') já apreciados em decisões anteriores (0600511-02; 0600492-93), com trânsito em julgado e com o afastamento de irregularidade 'in casu'."*

Em relação ao conteúdo da propaganda eleitoral veiculada nos panfletos (caracterizado como *"uso regular de material propagandístico"*) e vídeos, entende-se protegido pelo direito fundamental à



liberdade de expressão (caracterizado em concreto como *"regular exercício da crítica política"*), que, segundo entendimento jurisprudencial do TSE, resguarda até mesmo *"declarações errôneas"* (ADI 4451 - Ministro Alexandre de Moraes). Para o primeiro investigado, a associação entre EDUARDO DA COSTA PAES e o PSOL fundou-se em fato noticiado na imprensa de apoio de Marcelo Freixo ao então candidato. As observações do primeiro investigado em relação a essa associação estão, segundo as alegações finais, caracterizadas pelo *"tom de crítica política própria do ambiente ácido e atinentes aos axiomas do debate e da contrariedade ideológica que envolvem uma disputa eleitoral"* e, em conformidade com o entendimento jurisprudencial, conforme demonstra ao trazer julgado na Apelação Cível nº. 0393864-55.2016.8.19.0001 em apoio de sua tese.

Reitera que suas manifestações se pautaram em notícias veiculadas na imprensa, em declarações de então importante figura do PSOL, Marcelo Freixo, *"e, ainda, em críticas ácidas e duras sobre antigo tema de grande importância política sobre suposto intento do PSOL de ensinar orientação sexual"*.

Quanto ao valor que foi pago para a confecção dos panfletos, o primeiro investigado destaca que que ele é muito abaixo do que o apresentado na inicial e que ele foi pago e gerido pela campanha da segunda demandada, não sendo factível o suficiente para a configuração do abuso do poder econômico. Destaca, em sua conclusão, que representou 1,24% do valor gasto por todo o período de campanha eleitoral.

Ao se referir ao abuso de poder político em inauguração de obra pública, MARCELO BEZERRA CRIVELLA destaca que a acusação foi abandonada pela defesa nas alegações finais, uma vez que não há provas da ocorrência. Que a acusação se baseia apenas em uma publicação na Internet, sem qualquer liame eleitoral (pedido de votos). Além disso, os investigadores foram silentes em relação à resposta das Secretarias da Fazenda e de Obras do Município do Rio de Janeiro.

Reitera a ausência de provas robustas para a caracterização do abuso de poder político e econômico e a afirmação de uso inadequado da ação de investigação judicial eleitoral para apuração do que caracteriza como narração de *"mero silogismo dos autores-investigantes"*. Reitera o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que a prática de abuso de poder político e econômico deve levar em conta a gravidade das circunstâncias que a envolvem, independentemente do resultado da eleição. Reitera, por fim, que os investigadores não se desincumbiram do ônus de provar a gravidade da conduta, em conformidade com o CPC, artigo 373, I.

Pugna, por fim, pelo julgamento de improcedência da presente AIJE.

Os investigados protocolaram petição (doc. id. [108770359](#)), onde contraditam epígrafe nas alegações finais do investigado MARCELO BEZERRA CRIVELLA, segundo a qual o Ministro Jorge Mussi afirma que *"a Ação de Investigação Judicial não se presta a apurar fake news, tendo seu objeto delineado na LC 64/90"* (conf. doc. id. [108750515](#)). Os investigadores afirmam que *"o julgado citado pelo Investigado nunca disse isso"* e apresentam voto do relator, Ministro Luis Felipe Salomão (doc. id. [108770361](#)). O primeiro investigado indicou, então, decisão de onde obteve a epígrafe (doc. id. [109590398](#)).

Em sua manifestação como *custos legis*, o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL apresentou breve resumo da demanda autoral, fazendo menção à informação de que a rede Record de Televisão alterou número de telefone de contato que fazia alusão ao número de campanha do primeiro investigado e aos panfletos distribuídos que veicularam informações falsas. Também fez breve resumo das contestações e dos principais eventos dos presentes autos. Manifestou-se pela regularidade da legitimação ativa e passiva na formação da presente relação processual. Em relação ao evento que envolve a emissora de televisão, não vislumbrou nos autos a existência de

provas para caracterização de algum ilícito eleitoral. Por outro lado, em relação à acusação relativa aos panfletos, entende que há prova documental para demonstrar que *"a campanha dos demandados se valeu de panfletos preordenados a desinformar a população do Rio de Janeiro, transmitindo ao eleitor as falsas alegações de que o então candidato Eduardo Paes era a favor da legalização das drogas, aborto, ideologia de gênero e promoveria a pedofilia nas instituições de ensino"*. Que os documentos trazidos aos autos comprovam que os impressos custaram o valor de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta reais) e que esse valor foi custeado com recursos da campanha de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO. Sustenta a sua convicção em torno da prática do abuso de poder econômico no entendimento doutrinário e jurisprudencial segundo o qual, para a sua prova, *"basta a comprovação da gravidade das circunstâncias que caracterizam o uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político"*. E, para o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, no caso concreto, *"a veiculação de panfletos com informações de cunho inverídico com uso de expressiva quantia de dinheiro - no caso, quase R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) - configura a prática abusiva reclamada pela legislação para fins de procedência de ação"*. Em relação ao direito constitucional à liberdade de expressão, o *Parquet* entendeu que o conteúdo dos panfletos acostados aos autos expressam uma *"exacerbação"* da liberdade de manifestação do pensamento, e que o ordenamento constitucional pátrio não reconhece o que em outros ordenamentos é legitimado como *"hate speech"*. Assim, o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL entendeu pela procedência dos pedidos veiculados na presente AIJE.

Este é o RESUMO dos fatos e da fundamentação jurídica dos participantes deste processo.

Passo ao EXAME DOS FATOS, FUNDAMENTOS DE DIREITO e à DECISÃO:

#### Preliminares:

Verifica-se no presente ato a existência e validade de uma relação jurídica processual. A demanda refere-se à prática de abuso de poder por candidatos nas Eleições Municipais de 2020, o que é vedado pela Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22, o que a torna afetada à competência do Juízo da 23ª ZE-RJ, em razão do disposto na Resolução TRE n.º 1.121/2019, que atribuiu ao juízo a competência para o registro de candidaturas nas eleições de 2020 e para o processamento e julgamento das ações pertinentes. A demanda também está regularmente formulada, com a presença das partes, do pedido, da causa de pedir e de todos os demais requisitos previstos na Lei n.º 13.105/2015, artigo 319.

EDUARDO DA COSTA PAES e a COLIGAÇÃO "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" (CIDADANIA, DC, PV, PSDB, AVANTE, PL e DEM) preenchem os requisitos legais da Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22, para figurar com postulantes da presente ação de investigação judicial eleitoral, pois a sua legitimidade é expressa no *caput* do dispositivo mencionado, tal como MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDRÉA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO preenchem da mesma forma os requisitos para figurarem como investigados, pois foram concorrentes aos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeita nas Eleições Municipais de 2020.

As alegações preliminares de ausência de causa de pedir ou interesse de agir, manejadas pelo primeiro investigado, não são suscetíveis de reconhecimento por este juízo, pois o objeto da demanda proposto pelos autores é a prática de abuso de poder, com previsão na já referida Lei das Inelegibilidades. Não há que se falar em coisa julgada, conforme também alegado, tendo em vista o arquivamento em definitivo das representações de direito de resposta n.º 06005511-02.2020.6.19.0004 e 0600492-93.2020.6.19.0004. No caso das representações já arquivadas, a causa de pedir é completamente diversa daquela dos presentes autos: lá estávamos no âmbito do direito de resposta (Lei n.º 9.504/97, artigo 58), aqui estamos no âmbito da prática do abuso de

poder econômico (LC n.º 64/90, artigo 22), Logo, a decisão naquelas ações não faz coisa julgada em relação à presente ação. Em relação seja à inadequação da via processual escolhida, seja pela eventual ilegalidade do presente processo por promover o *bis in idem*, observe-se que a AIJE tem natureza cível e a consequência jurídica de procedência é a inelegibilidade; logo, não confunde-se com o interesse de agir daquelas representações, pois suas causas e pedidos são distintos.

Também não prospera o argumento do primeiro investigado de que, como os investigadores se referem à distribuição de panfletos com notícias falsas, tal fato deveria ser objeto de representação com fundamento na Lei n.º 9.504/97, artigo 96. O objeto da presente AIJE não trata de propaganda eleitoral irregular, mas de prática de abuso de poder político e econômico, com fundamento na Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22.. Assim, não se sujeita à data do pleito como termo final para sua propositura, mas à data da diplomação dos eleitos, que foi em 18/12/2020. Logo, como foi ajuizada em 27/11/2020, sua propositura está dentro do prazo.

Não se trata aqui de se apurar também a regularidade dos gastos de campanha. Tal é o objeto de processos de prestação de contas de campanha eleitoral. O julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral, todavia, não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes ou vinculados, na forma do artigo 92 da Resolução do TSE nº 23.463/15:

Art. 92. O julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes e/ou vinculados, verificados no curso de investigações em andamento ou futuras.

Parágrafo único. A autoridade judicial responsável pela análise das contas, ao verificar a presença de indícios de irregularidades que possam configurar ilícitos, remeterá as respectivas informações e documentos aos órgãos competentes para apuração de eventuais crimes ([Lei nº 9.096/1995, art. 35](#); e [Código de Processo Penal, art. 40](#)).

#### Mérito:

A crítica de MARCELO BEZERRA CRIVELLA sobre as acusações dos investigadores em relação à sua generalidade, superficialidade, imprecisão e irrelevância tem sua razão de ser em parte, mas serve para ambos os litigantes dos presentes autos. Há nas peças produzidas nestes autos uma profusão de palavras que, a título de colaborar com o juízo no desenvolvimento de sua convicção, dão ao processo um trâmite que não se atém aos fatos. Argumentos jurídicos são substituídos por retórica, se judicializando questões que deveriam ficar restritas ao âmbito da política.

A última afirmação, no entanto, não se refere ao objeto principal desta AIJE, cujo mérito esta Magistrada passa a examinar. O abuso de poder econômico caracterizado pelo emprego de dinheiro da campanha eleitoral para divulgação de notícias falsas é fato grave, mas inúmeros outros eventos, querelas e divagações acadêmicas foram trazidos aos autos, poluindo a presente AIJE. Eventos e querelas que procuram estender o campo da disputa política à jurisdição. Divagações acadêmicas que fogem ao conteúdo fático dos autos. O processo não deveria ser espaço para isso.

Os investigadores trazem aos autos dois fatos aos quais atribuem o caráter de ilicitude eleitoral, de prática de abuso de poder econômico e de poder político.

A distribuição de panfletos que continham informações inverídicas sobre o primeiro investigante, EDUARDO DA COSTA PAES, que então concorria ao cargo de Prefeito, durante a campanha eleitoral de 2020, é apontada como configuradora de prática de abuso de poder econômico. Esta distribuição foi objeto do noticiário nos dias 21 e 22/11/2020, conforme se verifica a partir dos seis endereços de hiperligação (*links*) que constam da exordial, apresentando a repercussão do fato em

veículos diversos de imprensa (doc. id. [45365642](#), fl. 7). Fotos apresentadas no corpo da exordial e nos documentos de id. [45365650](#) e de id. [45384551](#) aludem à distribuição dos panfletos nas proximidades da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Os panfletos foram adquiridos pelo CNPJ n.º 38.562.326/0001-85, cuja razão social é ELEIÇÃO 2020 ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO VICE-PREFEITO, conta da campanha eleitoral da segunda investigada. Foram adquiridos junto à Gráfica e Editora Príncipe da Paz Ltda. EPP, conforme documento de id. [99074926](#). Segundo a descrição do produto/serviço, foram adquiridos sob a rubrica "IMPRESSÃO DE INFORMATIVOS 'CRIVELLA ESCOLHEU PARA SER SUA VICE UMA TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO' FORMATO A5", 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) folhetos ao valor total de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Em uma das faces do panfleto (doc. id. [99074929](#)), sob o fundo azul escuro, há dois planos: no superior, visualiza-se a foto da candidata ANREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, ao lado da frase CRIVELLA ESCOLHEU PARA SER SUA VICE UMA TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO, escrita em amarelo; no plano inferior, escrito em branco, lê-se o seguinte texto:

*"Andréa Firmo, 52 anos, tenente-coronel e inspirou muitas gerações ao tornar-se a primeira mulher do Exército Brasileiro a trabalhar como observadora militar em uma missão de paz das Nações Unidas.*

*Católica, carioca e mãe de três filhos, foi professora de Inglês na Rede Pública antes de ingressar no Exército Brasileiro, onde foi para os campos de batalha representando a nação brasileira.*

*Ao abraçar este novo desafio de se candidatar à vice-prefeita, quer usar o pioneirismo de sua trajetória e as suas experiências pessoais de sucesso para também ajudar as mulheres cariocas a ampliarem suas conquistas. Agregando à chapa com Crivella um novo olhar de liderança, vindo de alguém que com empatia feminina aprendeu a lidar com limites, riscos e conflitos."*

Ainda nesta face do panfleto aparece a frase "Acesse nossas redes sociais", seguida das informações para acesso a elas, no Facebook: */marcelocrivella*; no Instagram: *@mcrivella*; no Twitter: *@Mcrivella*; no You Tube: */marcelocrivella*; e em sítio eletrônico: *www.marcelocrivella.com.br*. Também há um Qr-Code no canto inferior esquerdo do panfleto.

Na outra face do panfleto (doc. id. [99074929](#)), há dois planos. No plano superior, em fundo vermelho, há os dizeres, em caixa alta: *EDUARDO PAES E SEUS AMIGOS DEFENDEM: - LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, - LIBERAÇÃO DAS DROGAS e - KIT GAY NAS ESCOLAS*, e uma foto de EDUARDO DA COSTA PAES aparece à direita, e outra, de Marcelo Freixo, aparece à esquerda.

No plano inferior, em fundo azul, está escrito, em caixa alta: *CRIVELLA E ANDRÉA FIRMO SÃO CONTRA: - LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, - LIBERAÇÃO DAS DROGAS e - KIT GAY NAS ESCOLAS*, e uma foto de MARCELO BEZERRA CRIVELLA aparece à direita, e outra, de ANDRÉA FIRMO DE ARAÚJO, aparece à esquerda.

Nesta face, há a indicação da Coligação "COM DEUS, PELA FAMÍLIA E PELO RIO" e das siglas que a compõem, bem como a indicação dos CNPJs da gráfica e do candidato.

Os investigadores demonstram que o conteúdo constante dos panfletos integrou a estratégia de campanha de MARCELO BEZERRA CRIVELLA e de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, ao apresentar um vídeo de um comício em que o primeiro investigado afirma que "o PSOL quer ensinar ideologia de gênero na escola" e que "o Eduardo fechou com o PSOL" (doc. id. [45384556](#)) e indicar a videoconferência ao vivo que foi realizada pelo primeiro investigado e o Deputado Federal Ottoni de Paula, no dia 19/11/2020, onde se destaca o seguinte diálogo, nos minutos 13:30 e 17:45: MARCELO CRIVELLA: "O PSOL está com o Eduardo Paes. O PSOL, dizem, vai tomar conta da Secretaria da Educação." OTTONI DE PAULA: "Já está negociando. É o que a gente está

*sabendo.*" MARCELO CRIVELLA: "Agora você imagina pedofilia nas escolas, (...) Jesus se comparou as crianças e nós vamos aceitar pedofilia na escola, no ensino infantil. É um risco que estamos correndo se o Eduardo for eleito." (doc. id. [45365642](#), fl. 14 - link: <https://www.facebook.com/marcelocrivella/posts/3719589878064235>).

Os investigadores demonstram que os fatos narrados na exordial geraram consequências jurídicas na esfera eleitoral em, pelo menos, três ações: Direito de Resposta n.º 0600511-02.2020.6.19.0004 (4ª ZE-RJ - arquivado após recurso não ter sido conhecido), Direito de Resposta n.º 0600492-93.2020.6.19.0004 (4ª ZE-RJ - arquivado) e Ação Penal Eleitoral n.º 0600873-16.2020.6.19.0000 (119ª ZE-RJ - em trâmite, após declínio de competência do TRE para o juízo de 1º grau).

O outro fato que é trazido aos autos é uma divulgação no Twitter, ocorrida no dia 11 de agosto de 2020, no qual MARCELO BEZERRA CRIVELLA escreveu às 19 h e 29 min: "Amigos, hoje foi um dia de festa em Santa Cruz. Inauguramos a Praça do Cesarão, totalmente revitalizada. O local recebeu um novo campo de futebol, uma área de lazer para as crianças da região, além de aparelhos de ginástica para a terceira idade. Deus é fiel!" (link: <https://twitter.com/MCrivella/status/1293313524807151616>). Este fato é associado a vídeos que teriam sido postados no Instagram, na "última semana do segundo turno", onde apoiadores estariam agradecendo obras realizadas pela Prefeitura no dia seguinte à presença do primeiro investigado, que prometeu "asfaltamento de rua específica da comunidade do Cesarão". A prova trazida aos autos são apenas duas imagens destes supostos vídeos, e o endereço de hiperligação utilizado remete a uma página de "erro temporário".

Entendem os investigadores que MARCELO BEZERRA CRIVELLA teria cometido, então, abuso de poder político ao utilizar-se de sua condição de Prefeito e da estrutura administrativa da Secretaria de Obras a favor de sua campanha eleitoral.

Em relação a esta última acusação, tem razão o primeiro investigado ao levantar ausência de comprovação de sua presença em inauguração de obra pública e que, ainda que estivesse presente, ele não seria alcançado pela norma da Lei n.º 9.504/97, artigo 77. A aludida norma veda o comparecimento de candidatos em inaugurações de obras públicas nos três meses que antecedem o pleito. Considerando-se a alteração do calendário eleitoral de 2020 pela Emenda Constitucional n.º 107/2020, a data a partir da qual os candidatos estariam vedados era a de 15 de agosto de 2020. Além do mais, MARCELO BEZERRA CRIVELLA era sequer candidato, pois as convenções somente seriam realizadas a partir do dia 31 de agosto até o dia 16 de setembro (EC n.º 107/2020, artigo 1º, § 1º, II).

Não há na mensagem escrita no Twitter nenhuma conotação eleitoral, nem se pode extrair pedido de votos dela. O que se depreende da mensagem é a promoção pessoal do Prefeito relativamente à obra pública entregue durante sua gestão, em meio particular, não oficial. Afastada também qualquer possibilidade de se enquadrar tal conduta como uso promocional da distribuição de serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público por candidato, nos termos da Lei n.º 9.504/97, artigo 73, IV.

Aliás, este tem sido o entendimento do TSE, inclusive durante as eleições:

"[...] Conduta vedada. Uso promocional de programa social. Não configuração. [...] 2. Hipótese em que o candidato distribuiu panfletos, em sua campanha eleitoral à reeleição ao cargo de vereador, nos quais relatava seus feitos parlamentares, incluindo a idealização do 'Projeto Viver Bem', implementado pelo Executivo Municipal. [...]" NE: Trecho do voto do relator: "[...] Não há como se extrair do texto transcrito a conclusão de que o candidato fez uso promocional do projeto social 'Viver Bem'. Mais uma vez, trata-se de mera promoção a partir da descrição de sua trajetória e suas conquistas na vida pública. A Corte Regional presumiu que o candidato pretendia passar ao eleitor a ideia de que a manutenção do projeto dependeria de sua reeleição. Essa presunção,



todavia, ignora que o programa é de responsabilidade do Município [...] Assim, eventual associação do candidato às ações sociais do município constitui propaganda eleitoral legítima, que não produz qualquer mácula à igualdade de oportunidades entre os candidatos ao pleito. Afinal, como visto, todos os candidatos têm o direito de exaltar livremente as suas qualidades pessoais, seu histórico e seus programas. [...] Aliás, a Lei nº 9.504/997, em seu art. 36-A, autoriza que, mesmo fora dos períodos eleitorais, os pré-candidatos façam menção às suas realizações políticas, divulguem seus atos parlamentares e exaltem suas qualidades pessoais. Com mais razão, tais ações devem ser permitidas durante as eleições." ([Ac. de 27.4.2020 no AgR-REspe nº 48706, rel. Min. Luís Roberto Barroso.](#))

Não há igualmente provas de que MARCELO BEZERRA CRIVELLA teria estado presente na Praça do Cesarão, como acusam os investigadores, na última semana do segundo turno, que teria prometido asfaltamento de ruas e que, no dia seguinte, servidores e equipamentos teriam realizado o serviço prometido. Como o primeiro investigado afirmou em suas alegações finais, os próprios investigadores parecem ter abandonado esta acusação ao longo do trâmite desta ação de investigação judicial eleitoral. O próprio MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL não se manifestou em relação a esta acusação.

Ademais, a própria Secretaria Municipal de Infraestrutura informou que não fora localizada no acervo de obras executadas nenhuma intervenção pela Coordenadoria Geral de Obras, conforme o escopo informado pelos investigadores (conf. doc. id. [99246534](#)).

Assim, não é possível reconhecer a prática de abuso de poder político no "tweet", por ausência de ilicitude na já referida promoção. Igualmente, não se pode considerar uma afirmação de prática de uma conduta que não foi devidamente comprovada.

Voltemos, então, à questão do enquadramento da distribuição dos panfletos com notícias falsas como abuso do poder econômico. Antes, porém, devemos refletir sobre a figura jurídica do abuso, do abuso do poder econômico e de seu alcance.

O processo eleitoral é regulado, visando garantir a vontade popular, para que ela se manifeste livremente. Assim, são adotados princípios e mecanismos que visam coibir quaisquer meios que possam alterar a vontade do eleitor, seja por ardis econômicos ou midiáticos, seja pelo uso da violência física ou simbólica, seja pelo uso desviado de bens e serviços públicos.

Verifica-se a preocupação do legislador com os efeitos danosos que o abuso do poder pode ter para afetar a normalidade e legitimidade das eleições, conforme disposição constitucional:

CRFB

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: (...)

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Assim, a Lei n.º 4.737/65 é clara quando dispõe sobre a censurabilidade de condutas que configurem abuso de poder:

Lei n.º 4.737/65

Art. 237. A interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos.

No Direito Eleitoral, o abuso de poder deve ser coibido e punido para que se privilegie a igualdade da competição e a autenticidade do sufrágio popular. O abuso de poder é, portanto, um importante aspecto e instituto da doutrina e jurisprudência do Direito Eleitoral.

Conforme ensina JOSÉ JAIRO GOMES:

*"O abuso de poder é ilícito principalmente porque fere bens e valores fundamentais atinentes à higidez do sistema político-eleitoral democrático, tais como integridade, liberdade, virtude, igualdade, sinceridade, normalidade e legitimidade do processo eleitoral. Esses bens e valores gozam de proteção constitucional, consoante se vê no artigo 14, §§ 9o e 10, da Lei Maior. No Estado Democrático de Direito, é de importância capital que a representação popular seja genuína, autêntica e, sobretudo, originada de procedimento legítimo. Não basta o mero cumprimento de fórmulas procedimentais, pois a democracia não se resume à realização de eleições, exurgindo a legitimidade do mandato popular sobretudo do respeito àqueles bens e valores."* (GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 16ª edição. Rev.atual. e ampl. São Paulo, Atlas, 2020. p. 882/3)

Ainda segundo o doutrinador, caracterizam a figura do abuso de poder ou do direito ações irrazoáveis e abusivas do ponto de vista do contexto em que ocorrem. São condutas que excedem e ultrapassam os limites usuais do uso do poder, ou que representam um desvio nas finalidades de um direito, com a intenção de interferir na vontade do eleitor de forma ilícita. Abusar de um direito é fazer uso ilícito dele:

*"(...) fala-se em 'abuso de direito' quando alguém exercita um direito, mas em aberta contradição, seja com o fim (econômico) a que esse direito se encontra adstrito, seja com o condicionamento ético-jurídico (boa-fé, bons costumes etc.)"* (SOILBELMAN, Leib. Dic. Geral Dir., ed. Brasil, 1º, 7 apud REBOUÇAS, João Batista Rodrigues. Abuso de poder econômico no processo eleitoral e o seu instrumento sancionador. Revista Eleitoral TER, RN, vol. 26, 2012, p. 31).

"Quem abusa de seu direito não atua, pelo menos aparentemente, sem direito. Atua dentro de seu poder, mas extrapola manifestamente os limites do ordenamento jurídico. Interessante que o Código Civil brasileiro, em seu art. 187, equiparou o abuso de direito a ato ilícito ao dispor que 'é ilegítimo o exercício de um direito, quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou econômico desse direito". (MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Abuso de poder no processo eleitoral. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 100, p. 155-172, jan./jun. 2010, p. 159).

Na seara eleitoral, o abuso de poder pode ter natureza econômica, política, ou político-econômica. No que se refere ao abuso de poder econômico, ele pode se manifestar, por exemplo, através do fornecimento irregular de bens e serviços e a distribuição vedada de brindes, estando seu sentido relacionado à ideia de patrimônio, pecúnia, propriedade, posse ou controle de serviços e bens.

*"Reside nas ações que revelem mau uso dos recursos patrimoniais, ações estas não razoáveis, tomadas além do limite legal de sua utilização, que ocorram à vista de um processo eleitoral em disputa e com o intuito de favorecer algum concorrente. Para sua configuração é preciso que a conduta considerada abusiva possa ser valorada economicamente. A finalidade legal em impedi-lo guarda relação com a intenção geral da proteção do abuso de poder, priorizando a igualdade, a liberdade e a legitimidade na disputa democrática eleitoral."* (SILVA, Guilherme de Abreu. Inelegibilidades decorrentes do abuso de poder: interpretação restritiva e conformação jurisprudencial sobre as alíneas 'd' e 'h' do inciso I, do art. 1º da LC n.º 64/90. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; e AGRA, Walber de Moura (coord.) PECCININ, Luiz Eduardo (org.) Tratado de Direito Eleitoral: Elegibilidade e Inelegibilidades. Tomo 3. Belo Horizonte, Fórum, 2018. p. 352)

Continua Silva, destacando que o abuso de poder econômico é um fato autônomo, pouco importando se os valores dos gastos analisados estejam previstos como gastos legais ou de campanha eleitoral. Ou seja, há abuso se o poder econômico foi utilizado em benefício de candidato de maneira distorcida, podendo ser configurado tanto por um uso exagerado do patrimônio, como lembrou o primeiro investigado ao trazer a definição que consta em sítio

eletrônico do TSE, quanto por um uso de recursos desviado de sua finalidade, desvirtuando a normalidade do pleito eleitoral.

No caso do acórdão abaixo, por exemplo, o uso de recursos patrimoniais, ainda que privados, mas desvirtuado de sua finalidade filantrópica, para fins de manipulação da vontade dos eleitores, é causa de abuso de poder econômico. A filantropia é legal, mas quando ocorre "*o mau uso de recursos patrimoniais, exorbitando os limites legais, de modo a desequilibrar o pleito em favor dos candidatos beneficiários*", ela passa a se caracterizar como abuso do poder econômico. Observe-se que, no caso apreciado pelo acórdão, há a revelação do excesso no uso de recursos, mas este excesso não é a causa de decidir do abuso de poder econômico em concreto, mas sim a finalidade desviada dos recursos empregados.

"[...] Abuso de poder econômico. Manutenção de albergues. Concessão gratuita de bens e serviços. 1. O abuso de poder econômico concretiza-se com o mau uso de recursos patrimoniais, exorbitando os limites legais, de modo a desequilibrar o pleito em favor dos candidatos beneficiários. 2. Não se desconsidera que a manutenção de albergues alcança finalidade social e também se alicerça no propósito de auxiliar aqueles que não possuem abrigo. Entretanto, no caso, não se está diante de simples filantropia que, em si, é atividade lícita. Os recorridos, então candidatos, despenderam recursos patrimoniais privados em contexto revelador de excesso cuja finalidade, muito além da filantropia, era o favorecimento eleitoral de ambos (art. 23, § 5º, e art. 25 da Lei nº 9.504/97). 3. A análise da potencialidade deve considerar não apenas a aptidão para influenciar a vontade dos próprios beneficiários dos bens e serviços, mas também, seu efeito multiplicativo. Tratando-se de pessoas inegavelmente carentes é evidente o impacto desta ação sobre sua família e seu círculo de convivência. [...]" ([Ac. de 6.8.2009 no RO nº 1445, rel. Min. Marcelo Ribeiro, red. designado Min. Félix Fischer; no mesmo sentido o Ac. de 6.8.2009 no RCEd nº 723, rel. Min. Marcelo Ribeiro.](#))

No caso em apreciação, o uso de recursos de campanha para a confecção de panfletos, visando a divulgação de fatos inverídicos, em benefício de uma candidatura, buscando influenciar a vontade dos eleitores com a divulgação de notícias falsas, enquadra-se nesta hipótese de uso de recursos desviado de sua finalidade original, desvirtuando a normalidade do pleito eleitoral. Pratica abuso de poder econômico aquele que emprega recursos de campanha eleitoral de forma desviada de seus fins. Ou seja, o titular dos recursos de campanha excede manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou econômico quando emprega valores destinados à propaganda eleitoral regular para a disseminação de notícias falsas.

Trata-se de recursos públicos, o que torna mais grave o caso dos presentes autos. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é um fundo público destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos, previsto na Lei nº 9.504/97, artigos 16-C e 16-D. São montantes disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral, cujas diretrizes gerais para gestão e distribuição de recursos são regulamentadas pela Resolução TSE nº 23.605/2019. Portanto, o mau uso desses recursos ou o uso desviado de suas finalidades, configura a figura do abuso do poder econômico.

Note-se que, embora a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do FEFC por candidatos seja analisada na respectiva prestação de contas de campanha eleitoral, o julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes ou vinculados, na forma do artigo 92 da Resolução do TSE nº 23.463/15, como já visto no julgamento das preliminares levantadas pelos investigados.

Nos autos, ficou comprovado que foram gastos R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) para a confecção de 1.500.000 (um milhão e

quinhentos mil) folhetos. É fato incontroverso também que eles foram adquiridos com recursos de campanha eleitoral geridos pelo CNPJ n.º 38.562.326/0001-85, cuja razão social é ELEIÇÃO 2020 ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO VICE-PREFEITO. Também provado pela repercussão jornalística que estes panfletos foram distribuídos. E o conteúdo dos panfletos é reconhecidamente falso. Assim, configurado está o abuso do poder econômico, na utilização de recursos públicos de campanha para disseminar desinformação, ultrapassando-se com isso os limites legais e os limites do razoável e do ponderável.

O desvio de finalidade do ato de propaganda eleitoral, pois usada com o fim de divulgar informações falsas é, por si só, o exercício ilegítimo de um direito. A proliferação das chamadas *fake news* desequilibra as campanhas eleitorais e retira a sinceridade das eleições, influenciando negativamente a vontade do eleitor e prejudicando o processo eleitoral de escolha dos representantes. Em vez de um debate sério em torno de políticas públicas, visando conquistar o eleitor para a sua ideologia política, os candidatos rebaixam a campanha ao explorar fatos controvertidos não sob uma perspectiva informativa, mas pelo viés da polêmica, do escândalo e do sensacionalismo.

Verificar-se, como no caso em tela, que recursos públicos destinados à propaganda eleitoral legítima foram utilizados não para o diálogo respeitoso, promoção pessoal e informações acerca do programa de governo, mas para a polêmica, o escândalo e o sensacionalismo, isso torna a conduta mais grave ainda. Gravidade na esteira do entendimento doutrinário e jurisprudencial, que se mede pelo potencial lesivo em relação ao equilíbrio, higidez e legitimidade do processo eleitoral, independentemente do resultado das eleições, segundo o qual os investigados não foram eleitos.

O fato que é objeto da presente ação de investigação judicial eleitoral não diz respeito ao princípio constitucional da liberdade de expressão. Em nenhum momento deste feito, esta Magistrada está a questionar o direito de manifestação do pensamento de MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, o que implica a possibilidade de emissão de suas opiniões e ideias livremente, sem interferência ou retaliação, responsabilizando-se por elas nos limites do direito. No entanto, é preciso distinguir o que é opinião, o que é informação inverídica, e o que é fato.

Quando fica consignado em um material de propaganda eleitoral (os panfletos), cuja distribuição teve repercussão no noticiário dos dias 21 e 22/11/2020, que "*EDUARDO PAES E SEUS AMIGOS DEFENDEM: - LEGALIZAÇÃO DO ABORTO*", os investigados fazem supor a qualquer leitor médio que há uma aliança política entre EDUARDO DA COSTA PAES e Marcelo Freixo em torno de uma pauta, explorada com um viés meramente sensacionalista e fora de seu contexto. Primeiramente, a suposta aliança foi desmentida pelos próprios políticos, não esclarecendo o panfleto que Marcelo Freixo, então filiado ao PSOL, propunha "*apoio crítico*" da agremiação a EDUARDO PAES, para derrotar MARCELO BEZERRA CRIVELLA naquela eleição, deixando claro que "*Isso não significa apoio ao que representa o Eduardo*", conforme o que foi noticiado (<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/freixo-defende-apoio-critico-do-psol-paes-no-segundo-turno-contra-crivella-24749682>). Em segundo lugar, a expressão "legalização do aborto" distorce o fato de que o PSOL efetivamente ajuizou em 07/03/2017 no STF uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 442), em trâmite, onde propõe a necessidade de que seja declarada a não recepção parcial dos art. 124 e 126 do Código Penal (Decreto-Lei no 2.848/1940) por violarem, entre outros princípios constitucionais, o princípio da dignidade da pessoa humana.

O tema da descriminalização do aborto deve ser debatido por toda a sociedade, em uma perspectiva que leve em consideração as diversas concepções sobre o que é a vida, sem deixar de se considerar os direitos fundamentais das mulheres. Não é um tema simples e não deveria ser reduzido a uma distorção (a legalização do aborto) para tão-somente insuflar paixões e contaminar

o debate político. O diálogo deve ser respeitoso entre os diversos grupos que se preocupam com a questão. No âmbito municipal, por exemplo, os candidatos poderiam ter usado sua campanha eleitoral para esclarecer os eleitores sobre as questões que giram em torno da temática e poderiam ter aproveitado, também, para apresentar suas propostas visando o atendimento dos direitos das mulheres, como programas de incentivo à cidadania ativa das mulheres e ao planejamento familiar.

Enfim, não se está em questão aqui se um candidato é ou não a favor de uma política mais progressista ou mais conservadora em torno da aludida ADPF. O que se está em discussão é que MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO atribuíram de forma descontextualizada a defesa da legalização do aborto a EDUARDO DA COSTA PAES e a Marcelo Freixo. Como afirmam os investigadores, sequer esta questão faz parte das pautas usualmente defendidas pelo primeiro político. Tal atribuição inverídica e descontextualizada foi realizada através de panfletos contratados com dinheiro público da campanha eleitoral, em total desvio de sua finalidade.

Da mesma forma, quando está expresso nos panfletos que "*EDUARDO PAES E SEUS AMIGOS DEFENDEM: - LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS*", mais uma vez não se está a questionar, como o primeiro investigado sustenta, que o debate político em uma campanha eleitoral deva ser um espaço imune a acusações e críticas. É justamente o embate de ideologias políticas e o confronto em torno de ideias e propostas que permite ao eleitor informar-se sobre os candidatos e formar a sua convicção em torno do voto. Todavia, a manipulação de conceitos e a disseminação de inverdades durante a campanha eleitoral não colaboram para a normalidade de um pleito, e têm o potencial de incendiar ânimos e relações sociais, com repercussões negativas para a sociedade muito além do período eleitoral.

O tema das drogas é igualmente um tema extremamente complexo e polêmico e um debate sério em torno dele deveria fugir tanto do proselitismo, quanto do punitivismo. A legalização (em sentido amplo) de algumas drogas é uma estratégia de reforma da política antidrogas e não significa a liberação geral de drogas ilícitas, mas, exatamente o contrário, sua regulação, por algum mecanismo de legalização (em sentido estrito: regulação estatal da cadeia de produção, comercialização e consumo de algumas substâncias), regulamentação (como se faz com o álcool, tabaco e alguns medicamentos controlados), despenalização (exclusão de penas em algumas condutas relacionadas à posse de drogas para uso pessoal e outras condutas de menor potencial ofensivo) e descriminalização (exclusão de certas condutas como crimes, sem liberar uma droga para consumo ou legalizá-la).

Atualmente, esse debate está sendo realizado no âmbito do Congresso Nacional, através do PL n.º 7270/2014, que pretende regular a produção, a industrialização e a comercialização de Cannabis, dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, criar o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas e alterar as leis n.ºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 8.072, de 25 de julho de 1990, e 9.294, de 15 de julho de 1999; bem como no âmbito do STF, através do Recurso Extraordinário n.º 635659, em que se discute, à luz do art. 5º, X, da Constituição Federal, a compatibilidade, ou não, do art. 28 da Lei 11.343/2006, que tipifica o porte de drogas para consumo pessoal, com os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada.

É fato que o PSOL defende posturas mais liberais em relação à política antidrogas, mas a afirmação de que EDUARDO DA COSTA PAES defende a legalização das drogas é falsa. O político já foi categórico em relação ao tema durante a campanha eleitoral de 2008, também pela Prefeitura do Rio, conforme foi consignado em matéria jornalística: "*E acho que a droga é uma mal na sociedade. Sou totalmente contra a descriminalização*" ([https://www.gazetadopovo.com.br/vida-](https://www.gazetadopovo.com.br/vida)



publica/gabeira-e-paes-admitem-ja-ter-fumado-maconha-b8aoi6swg3rhfujm175rfo3m6/). Assim, a presente sentença não verifica na declaração consignada no panfleto uma mera crítica política, mas a divulgação de um fato inverídico, certamente de conhecimento do próprio primeiro investigado, que concorreu como candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro naquele mesmo ano de 2008. Divulgação de fato inverídico com utilização de recursos públicos que deveriam ser utilizados legalmente para a propaganda eleitoral.

Mais uma vez, perdeu-se a oportunidade de discutir-se com seriedade o problema das drogas e as soluções que os candidatos teriam em seus respectivos programas de governo, para apenas se ficar no terreno das acusações superficiais, e, ainda por cima, infundadas.

Finalmente, na mesma linha de disseminação de desinformação, MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO trouxeram ao debate nas Eleições de 2020, o que passou para o imaginário político como projeto de orientação sexual promíscua: o *kit gay* nas escolas. Isso, atribuindo-se a EDUARDO DA COSTA PAES, por meio da associação à Marcelo Freixo e ao PSOL, a defesa do referido kit nas escolas, sob um viés de escândalo, de polêmica e de sensacionalismo.

Ao tratar assim do tema da educação sexual, os investigados se posicionaram ao lado daqueles que desvirtuaram o projeto conduzido em 2011 pelo Ministério da Educação, denominado Escola sem Homofobia, integrante do Programa Brasil Sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais. Um dos objetivos do Escola sem Homofobia seria o de divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos, com destaque para a discriminação sexual e a homofobia, através da distribuição de materiais a educadores de escolas públicas. O projeto não teve sua divulgação concretizada e foi arquivado pelo Governo DILMA ROUSSEFF após pressão de conservadores no Congresso Nacional, sob o argumento de que o material dele estimulava a homossexualidade, a promiscuidade e a sexualização de crianças.

Não vem ao caso dos presentes autos a discussão sobre se a escola deve proporcionar educação sexual ou não. Não se questiona a liberdade de MARCELO BEZERRA CRIVELLA e de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO se posicionarem em relação ao tema. Da mesma forma que os outros temas trazidos pela campanha dos investigados, o tema é complexo e merece um debate respeitoso de todas as formas de conceber, no caso, a sexualidade e seu desenvolvimento sadio, fundado na liberdade do indivíduo de buscar sua felicidade e no interesse da sociedade em estabelecer um diálogo intercultural na sua diversidade, buscando a coesão do tecido social. O que restou comprovado nos autos, no entanto, foi a extrapolação da liberdade de expressão dos investigados, tendo sido utilizados recursos de campanha eleitoral para tal.

O primeiro investigado afirma que trata-se de uma "crítica ácida", própria do debate eleitoral a que se dispõem os candidatos aos cargos eletivos. Entretanto, MARCELO BEZERRA CRIVELLA e ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO divulgaram nos panfletos em questão uma informação falsa, a de que o investigador defenderia a implementação do referido kit gay nas escolas do município, sob a perspectiva conservadora acima referida, de que ele estimula a sexualização de crianças. Além disso, como restou comprovado nos presentes autos através do vídeo de um comício, cuja autenticidade não foi objeto de questionamento pelos investigados, bem como pela videoconferência realizada pelo primeiro investigado e o Deputado Estadual Ottoni de Paula, os panfletos integravam a estratégia de disseminar a informação de que EDUARDO DA COSTA PAES entregaria a Secretaria de Educação ao PSOL e isso significaria a promoção da "ideologia de gênero" e da "pedofilia" nas escolas, o que transborda em muito o seu direito à liberdade de expressão. Afinal, a pedofilia ou o abuso sexual de crianças é uma conduta reprovável, que pode

inclusive ser tipificada em dispositivos criminais do Código Penal (artigos 217-A e 218), bem como da Lei n.º 11.829/2008, o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 240 a 241-B) e sua menção não guarda relação com alguma crítica que eventualmente os investigados mantivessem quanto aos posicionamentos, seja do PSOL, seja de EDUARDO DA COSTA PAES, em relação ao tema da educação sexual.

O fato comprovado de que houve uso de recursos pecuniários de campanha eleitoral, provenientes da conta de campanha da segunda investigada, para a confecção dos panfletos visando a divulgação de notícias falsas é fato abusivo, de natureza econômica, de grande gravidade, pelo desvio de finalidade dos recursos públicos.

O fato de que o conteúdo dos panfletos é falso já foi reconhecido pelo Juízo da 4ª Zona Eleitoral em duas representações no âmbito de suas atribuições: a de Direito de Resposta n.º 06005511-02.2020.6.19.004, que reconheceu os panfletos como propaganda eleitoral irregular por conter conteúdo inverídico relativo à aliança entre Marcelo Freixo ou PSOL e EDUARDO DA COSTA PAES, proibiu a sua distribuição e determinou busca e apreensão dos referidos panfletos; a de Direito de Resposta n.º 0600492-93.2020.6.19.0004, que reconheceu como inverídica as informações veiculadas na videoconferência realizada entre MARCELO BEZERRA CRIVELLA e o Deputado Federal Otoni de Paula e determinou que o primeiro investigado divulgasse resposta de EDUARDO DA COSTA PAES na mesma rede social, no sentido de informar que o PSOL não declarara apoio a ele com a finalidade de assumir a Secretaria de Educação e tolerar pedofilia nas escolas.

São deveres dos candidatos para com os demais candidatos respeito e consideração, fruto do exercício da alteridade. Destaca-se nesse campo o respeito pela verdade e à honra.

Segundo José Jairo Gomes, citando o filósofo cristão Régis Jolivet, refletindo sobre a importância da linguagem para a vida humana, a verdade é condição para manter a vida em comum em termos ordeiros e seguros:

*"A finalidade da palavra, falada ou escrita, é permitir aos homens comunicar-se entre si nas suas diversas necessidades. Ora, a primeira condição para que a palavra cumpra a sua função é que ela exprima a verdade. Nenhuma vida em comum será possível se não pudermos apoiar-nos na veracidade alheia. É por isto que a mentira tem uma tripla malícia, viola o respeito que se deve ter ao próximo, desmerecendo a sua confiança, - perturba a ordem social, pondo em perigo a concórdia mútua dos homens, - degrada moralmente o mentiroso, que desvia a sua palavra do seu fim natural, que é a expressão da verdade."* (JOLIVET, Régis. *Curso de filosofia*. Trad. Eduardo Prado de Mendonça. 19ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1995. p. 402-404.)

Por outro lado, o devido respeito à honra alheia, em sua dimensão exterior, se caracteriza por evitar a maledicência (revelar, sem motivo imperioso, as faltas ou defeitos íntimos do próximo) e a calúnia ou mentira perniciosa, que é o caso dos presentes autos, que *"consiste atribuir a outro faltas que ele não cometeu, ou intenções más que ele não teve"*, conforme o filósofo neotomista citado.

E conclui José Jairo Gomes: *"No processo eleitoral brasileiro urge encarecer o compromisso com valores éticos como verdade e sinceridade, bem como o respeito ao próximo."* ([http://genjuridico.com.br/2015/12/22/deveres-e-responsabilidade-eleitorais/#\\_ftnref7](http://genjuridico.com.br/2015/12/22/deveres-e-responsabilidade-eleitorais/#_ftnref7). Acesso em 11/04/23.)

Conforme estes princípios, verifica-se a gravidade da confecção e distribuição de propaganda eleitoral com notícias falsas, tendo sido para isso usado recursos de campanha do FEFC da conta de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO, caracterizando-se, assim, a prática do abuso de poder econômico.

Ressalte-se que, embora os fatos da presente AIJE já tenham sido objeto de apreciação pelo Juízo da 4ª Zona Eleitoral, bem como estarem sendo apreciados também no âmbito penal através da Ação Penal Eleitoral n.º 0600873-16.2020.6.19.0000, em trâmite na 119ª Zona Eleitoral, não há que se falar em coisa julgada ou litispendência. No caso das representações já arquivadas em definitivo, conforme visto em preliminares, a causa de pedir é completamente diversa daquela dos presentes autos: lá estávamos no âmbito do direito de resposta (Lei n.º 9.504/97, artigo 58), aqui estamos no âmbito da prática do abuso de poder econômico (LC n.º 64/90, artigo 22), Logo, a decisão naquelas ações não faz coisa julgada em relação à presente ação. Em relação a ação penal, apura-se se a divulgação de fato inverídico na propaganda eleitoral e/ou difamação na propaganda eleitoral poderá levar também à responsabilização penal dos investigados. A AIJE tem natureza cível e as consequências jurídicas de procedência são a inelegibilidade e multa; logo, não confunde-se com o interesse de agir daquela ação penal, sendo suas fundamentações jurídicas e pedidos distintos.

ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAÚJO insiste na tese de ausência de liame mínimo entre o abuso de poder econômico e a sua candidatura, afirmando que não tinha conhecimento das condutas perpetradas e que não tinha gestão de sua campanha. Todavia, não tem razão a segunda investigada quando afirma em suas contestação e alegações finais que a conduta abusiva em apreciação deve ser atribuída exclusivamente ao primeiro investigado. Na verdade, é o contrário. A conduta deve ser atribuída exclusivamente à segunda investigada, o que não implica isenção da responsabilidade de MARCELO BEZERRA CRIVELLA pela divulgação das notícias falsas contra seu concorrente.

O CNPJ que consta na nota fiscal que comprovou o serviço de impressão de 1.500.000 panfletos é o da conta da então integrante da chapa que concorria à Prefeitura como Vice-Prefeita. O dinheiro público, do FEFC, que foi disponibilizado à candidata e que financiaram a sua campanha eleitoral, financiaram os panfletos com notícias falsas, visando o benefício da chapa. Logo, a conduta abusiva foi praticada diretamente por ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO.

Não há, como afirma a segunda investigada, nenhuma atribuição apenas genérica da prática de abuso de poder econômico a ela, tendo em vista o conteúdo dos panfletos e a prova de que foram financiados com recursos provenientes de sua conta eleitoral.

A segunda investigada responde pelos atos de campanha que foram realizados diretamente por ela ou em seu nome. Afinal, ao se licenciar do Exército Brasileiro para integrar a chapa como Vice-Prefeita, assumiu o compromisso de disputar às eleições e se submeter aos bônus (se eleita fosse) e aos ônus (pelas práticas ilícitas). Além disso, os fatos têm relação direta com a campanha eleitoral, não sendo pretéritos ao seu licenciamento.

O argumento de ANDRÉA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO de que não tinha a gestão de sua campanha e de que não tinha conhecimento das práticas ilícitas perpetradas não é razoável, para se dizer o mínimo. O dinheiro saiu de sua conta de campanha. A segunda investigada possui a patente de tenente-coronel do Exército Brasileiro, é ex-professora de Inglês da rede pública, conforme se lê nos panfletos que foram contratados e distribuídos. É uma pessoa com conhecimentos acima da média, e experiente, inclusive em questões internacionais.

E bastante inusitado que a segunda investigada, com sua formação e experiência, que decidiu de forma livre e consciente participar de um pleito municipal para um cargo de tamanha importância como o de Vice-Prefeita, alegue que não é responsável pela delegação da gestão de sua campanha eleitoral a terceiros. É inusitado que pretenda isentar-se de responsabilidade, mesmo tendo afirmado que assinou documentos relativos à sua conta eleitoral, uma conta conjunta com Cláudio César Silva Ferreira, delegando sua movimentação a ele, sob a alegação de que não fez diretamente pagamento ou transferência de valores. Não é razoável alguém pretender, se eleita fosse, se comprometer com a gestão das questões da municipalidade, gerir recursos públicos, que

envolvem os interesses de milhões de cidadãos cariocas, e pretender se isentar de responsabilidade do uso abusivo de recursos destinados à sua própria campanha eleitoral.

Como é inusitada a alegação de que não sabia que não estava representada nos autos: a uma, mesmo após regularmente citada (junho de 2021 - doc. id. [89131585](#)) em ação de investigação judicial eleitoral, que pode a sujeitar a perda dos direitos políticos passivos; a duas, mesmo após ter sido contatada pelo patrono do primeiro investigado, em dezembro de 2021 (doc. id. [101317510](#)). A segunda investigada só veio a se manifestar nos autos em fins de 29/03/2022 (doc. id. [104334761](#)).

A segunda investigada demonstra sua indiferença e até desrespeito em relação à Justiça Eleitoral, que garantiu a sua ampla defesa ao não decretar a sua revelia, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial que atribui à AIJE natureza cível, por sua inércia de quase um ano, assim como garantiu a sua prova oral, contestada pelos investigadores, para logo depois desistir das suas testemunhas. Essa demonstração de indiferença em relação aos princípios da cooperação processual e da boa-fé objetiva também se revela na petição para oitiva de Cláudio César Silva Ferreira para se manifestar acerca da movimentação da conta da candidata e sustentar a tese de inocência indefensável de que não tinha gestão de sua campanha, quando já finda a fase da instrução.

Não consta que a segunda investigada tenha sido coagida a participar do pleito. Ela afirma literalmente que se licenciou do Exército Brasileiro para integrar a chapa com MARCELO BEZERRA CRIVELLA. Ela não foi somente beneficiária da distribuição dos panfletos com notícias falsas, ela foi a financiadora do evento, caracterizado por abuso de poder econômico pelo uso de dinheiro público em um contexto de desvio de finalidade. Assim, não tem lastro probatório a alegação de que "*não houve qualquer responsabilidade, participação ou benefício à Contestante*". A conduta aqui está, na verdade, atrelada diretamente a ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, e indiretamente ao primeiro investigado, por ser o titular da chapa que concorreu à Prefeitura do Rio.

Não cabe aqui a alegação de desconhecimento prévio da propaganda eleitoral irregular pelos investigados, porque os presentes autos não tratam de propaganda eleitoral. No âmbito do uso do poder de polícia na fiscalização da propaganda eleitoral, é pacífico na jurisprudência que, em regra, não se presume o prévio conhecimento para fins de responsabilização eleitoral. A presente ação de investigação judicial eleitoral tem sua tônica no cometimento de abuso de poder econômico, caracterizado pelo uso de recursos de campanha da conta da segunda investigada para a confecção e distribuição de panfletos que divulgaram informações falsas em relação ao candidato concorrente. A responsabilização é clara, pois é dever dos candidatos não abusar dos poderes econômico e político que porventura detenham, tampouco permitir que terceiros o façam em seu proveito. Trata-se de um dever dos candidatos com a sociedade e os cidadãos em geral.

Como lembra a segunda investigada em sua peça defensiva, esta Magistrada deve individualizar a conduta de cada agente ao apreciar os fatos. E, como ficou comprovado nos autos, a prática de abuso de poder econômico deve ser atribuída a ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO. Embora o principal beneficiário é o titular da chapa, MARCELO BEZERRA CRIVELLA, os recursos mau empregados da campanha eleitoral vieram da conta da segunda investigada. A consequência lógica deste fato é atribuir-se a prática de abuso de poder econômico a ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO.

Inicialmente, pode-se defender que a responsabilização do candidato a Prefeito se atrela à responsabilização do candidato à Vice-Prefeito, tendo em vista tão somente o princípio da contaminação da chapa. Como o caso do acórdão abaixo exemplifica, pois o que importa é a evidência de uma conduta que tenha comprometido a disputa eleitoral, quebrando a isonomia entre

os candidatos, beneficiando a chapa majoritária, ainda que a conduta tenha sido somente praticada pelo candidato a Vice-Prefeito:

"Ações de investigação judicial eleitoral. [...] Abuso do poder econômico. [...] 5. Rejeita-se a preliminar de ilegitimidade passiva do titular da chapa eleita, sendo a princípio possível a cassação do diploma ainda que não tenha participado diretamente do ilícito, pois os bens jurídicos tutelados pelos arts. 14, § 9º, da CF/88 e 22 da LC 64/90 são a normalidade e a legitimidade do pleito. [...]"  
NE: Trecho do voto do relator: "[...] evidenciada conduta que comprometa a disputa eleitoral, quebrando a isonomia entre os candidatos, impõe-se cassar os registros ou diplomas de todos os beneficiários, cabendo ao órgão julgador definir sua atuação no ilícito apenas para fim de inelegibilidade, que possui natureza personalíssima. [...]" ([Ac. de 28.10.2021 na AIJE nº 060177128, rel. Min. Luis Felipe Salomão.](#))

Por evidente, que no caso dos presentes autos, tendo em vista não só o benefício do primeiro investigado, o principal interessado na divulgação de notícias falsas e difamatórias contra o seu concorrente, mas a a conduta autônoma dele na repetição do conteúdo falso em seu comício e na sua videoconferência com o Deputado Federal Ottoni de Paula, a sua responsabilização não é só decorrência do princípio da contaminação da chapa. Os panfletos integravam a estratégia da campanha dos investigados em divulgar notícias falsas contra o principal concorrente.

Ademais, na parte inferior dos panfletos, o que consta são as indicações das redes sociais de MARCELO BEZERRA CRIVELLA: "*Acesse nossas redes sociais*": no Facebook: /marcelocrivella; no Instagram: @mcrivella; no Twitter: @Mcrivella; no You Tube: /marcelocrivella; e em sítio eletrônico: [www.marcelocrivella.com.br](http://www.marcelocrivella.com.br).

Tem razão a segunda investigada quando alega que não pode figurar como sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, porque não ocupava cargo público. Também, porque não há nos presentes autos prova de ocorrência da espécie de abuso. No entanto, não há como se furtar a responder diretamente pelo abuso de poder econômico e de forma pessoal, o que não significa que sua conduta não tenha contaminado a chapa, como já argumentado. Ao contrário do que alega em sua defesa, diante dos fatos e das provas produzidas durante a instrução processual desta ação, o que restou comprovado, de maneira inequívoca, é a total implicação de ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO na prática do abuso de poder econômico por terem os recursos utilizados na confecção dos panfletos falsos partido de sua conta eleitoral.

Os autores da demanda concluem em suas alegações finais que a exigência de logística e a coordenação da disseminação de notícias inverídicas em desfavor de EDUARDO DA COSTA PAES pressupõem a "*realização de gastos de grande monta*". Embora seja uma dedução razoável, o que é robusto e inequívoco foi a destinação de recursos da campanha eleitoral no valor de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) para a confecção de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) panfletos que continham informações inverídicas sobre EDUARDO DA COSTA PAES e que foram distribuídos durante a campanha eleitoral.

MARCELO BEZERRA CRIVELLA destaca que o valor acima representou 1,24 % do valor gasto por todo o período de campanha eleitoral, sem especificar a sua base cálculo. No entanto, é certo que o abuso de poder econômico na presente AIJE não está atribuído a ele, mas à sua companheira de chapa, de cuja conta eleitoral saíram os recursos financeiros para a confecção dos panfletos que foram distribuídos durante a campanha eleitoral, disseminando as chamadas "*fake news*" contra seu concorrente, imputando a ele o apoio à liberação das drogas, à legalização do aborto e ao *kit gay* nas escolas. Também é certo que o abuso de poder econômico não está restrito ao excesso de uso de recursos pecuniários, mas igualmente ao mau uso deles.



O entendimento do senso comum acerca do conceito de abuso de poder econômico normalmente procura focar no sintagma a palavra *econômico*, dando ao conceito uma expressão meramente quantitativa. Para o senso comum, e para o primeiro investigado, abuso do poder econômico é reduzido apenas ao uso excessivo de recursos pecuniários. Para o pensamento jurídico que se atém aos fundamentos científicos do ordenamento, o núcleo do sintagma é, porém, a palavra *abuso*, que pode se expressar tanto pelo excesso, quanto pelo desvirtuamento da finalidade legal do poder conferido, que é o caso dos autos.

Na fase de alegações finais, as partes protagonizaram mais uma vez aquilo que esta Magistrada descreveu como poluição processual, ao levantarem nos presentes autos a discussão jurisprudencial acerca da adequação da via processual da AIJE para apuração de *fake news*. No atual ordenamento processual inaugurado em 2015, não cabe mais a simples menção de um artigo ou a transcrição de uma frase de uma decisão para fundamentar um argumento. É necessário que aquele que faz uso da lei ou da jurisprudência correlacione de forma contextualizada a *ratio legis* da norma citada e a *ratio decidendi* da jurisprudência trazida aos autos com os fatos e fundamentos jurídicos dos autos destinatários.

A Magistratura não se deixa levar por retórica e palavras rebuscadas, nem por pensamentos truncados e confusos, mas está atenta à narração objetiva dos fatos e aos argumentos jurídicos diretos e simples, em conformidade com a legislação e o direito. Certamente, a presente ação de investigação judicial eleitoral não tem por objeto a apuração de notícias falsas. A constatação de que houve a disseminação de informações inverídicas, no âmbito das presente AIJE, atende apenas ao interesse de agir que tem por fundamento o abuso de poder econômico no financiamento dessa disseminação com recursos públicos de campanha eleitoral, o que demonstra um desvio do uso legal desses recursos de natureza pecuniária.

A linha de entendimento do Ministério Público Eleitoral é a mesma desta Magistrada ao sustentar que o ordenamento jurídico pátrio não tolera o "*hate speech*", manifestações exacerbadas da liberdade de manifestação do pensamento que impliquem em mentiras e danos físicos e morais à dignidade da pessoa humana.

Assim, entende esta Magistrada que a conduta de financiamento de panfletos que veicularam notícias falsas com recursos de campanha eleitoral enquadra-se na hipótese legal de abuso de poder econômico, o que enseja a pena de inelegibilidade para a responsável pelo financiamento, a segunda investigada, ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO, e seu beneficiário principal, MARCELO BEZERRA CRIVELLA.

Essa conduta viola o princípio constitucional da moralidade, que exige que os candidatos tenham que observar o respeito a padrões éticos, de boa-fé, lealdade, honestidade e probidade no uso dos recursos de campanha eleitoral. Tais recursos são provenientes do FEFC, fundo do Tesouro Nacional, e o uso irregular dos mesmos pressupõe o ressarcimento da quantia empregada de forma irregular ao erário, conforme dispõe a Resolução TSE n.º 23.607/2019, artigo 80, § 3º:

§ 3º Caso constatada impropriedade ou irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ou no recebimento dos recursos de que tratam os arts. 31 e 32 desta Resolução, a candidata ou o candidato ou o órgão partidário e as(os) suas(seus) responsáveis serão intimadas(os) para fins de devolução ao erário, se já não demonstrada a sua realização.

A, aplicação irregular dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha na disseminação de notícias falsas impõe o ressarcimento integral do valor dispendido ilicitamente. Logo, impõe-se à segunda investigada o ressarcimento ao erário do valor atualizado de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), utilizados indevidamente para a confecção de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) panfletos

que continham informações inverídicas sobre EDUARDO DA COSTA PAES e que foram distribuídos durante a campanha eleitoral, por força do previsto na Resolução TSE nº 23.463/15, artigo 92, c/c Resolução TSE n.º 23.607/2019, artigo 31, § 9º.

Esse valor deverá ser devolvido à Justiça Eleitoral na forma da Resolução TSE n.º 23.607/2019, artigo 79, § 2º:

§ 2º Na hipótese do § 1º, incidirão juros moratórios e atualização monetária, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

Pelo exposto, atento ao que dos autos consta e aos princípios de Direito aplicáveis à espécie, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO de EDUARDO DA COSTA PAES e da COLIGAÇÃO "A CERTEZA DE UM RIO MELHOR" (CIDADANIA, DC, PV, PSDB, AVANTE, PL e DEM) na AIJE 0601693-27.2020.6.19.0229 para: em primeiro lugar NÃO RECONHECER a prática de abuso de poder político, conforme Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22, *caput*, por parte do primeiro investigado, MARCELO BEZERRA CRIVELLA, em razão de divulgação em rede social de realização de obra na Comunidade do Cesarão por considerá-la mera promoção pessoal legítima do então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ou pela entrega de obras na mesma comunidade na semana do 2º turno com viés eleitoreiro, por ausência de provas do fato alegado; em segundo lugar, RECONHECER a prática de abuso de poder econômico, na forma da Lei Complementar n.º 64/90, por ANDREA LOURIÇAL FIRMO DE ARAUJO pelo financiamento com recursos de sua campanha eleitoral no valor de R\$ 42.499,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) da confecção de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) panfletos que continham informações inverídicas sobre EDUARDO DA COSTA PAES e que foram distribuídos durante a campanha eleitoral; assim como para CONDENAR a segunda investigada ao ressarcimento integral e atualizado do valor dos recursos públicos mau empregados à Justiça Eleitoral, com fulcro no previsto na Resolução TSE nº 23.463/15, artigo 92, c/c Resolução TSE n.º 23.607/2019, artigo 31, § 9º, valor cuja devolução deve ser calculada na forma da Resolução TSE n.º 79, §2º; bem como DECLARAR A SUA INELEGIBILIDADE e a de MARCELO BEZERRA CRIVELLA, beneficiário direto do abuso de poder econômico, lhes cominando a pena de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à Eleição Municipal de 2020.

Tendo em vista o mandato de MARCELO BEZERRA CRIVELLA, obtido nas Eleições de 2022, comino também a pena de cassação do seu diploma de Deputado Federal, nos termos da Lei Complementar n.º 64/90, artigo 22, XIV.

Publique-se.

Intimem-se as partes, lembrando que o prazo para interposição de recurso é o da Lei n.º 4.737/65, artigo 258.

Vista ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, ao cartório, para os registros e comunicações pertinentes.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023.

MÁRCIA SANTOS CAPANEMA DE SOUZA

JUÍZA ELEITORAL

## 24ª ZONA ELEITORAL

### ATOS JUDICIAIS